

PREGÃO ELETRÔNICO

01/2026

CONTRATANTE (UASG)
(929183)

OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de expediente diversos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 239.63,54

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 09/04 às 8h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

Processo Administrativo nº01/2026

Torna-se público que o(a) **COLÉGIO ESTADUAL IRMÃOS FILGUEIRAS**, sediado(a) na **Praça Osvaldo Franco s/n, São Bento do Tocantins**,, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais de expediente diversos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para os itens XX, XX, XX, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 sociedades cooperativas;

3.9.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de

interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14 O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16 A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação antecede as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e(anual, total) do item;*

6.1.2 *marca;*

6.1.3 *fabricante;*

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27 Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é prescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

9.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em **até DUAS HORAS**, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico,

10.4 Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *03 (três)* dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico financasirmaosfilgueiras@seduc.to.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 A multa será recolhida no prazo máximo de *15 (quinze)* dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de *0,5% a 15%* do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de *15% a 30%* do valor do contrato licitado.

14.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de *15 (quinze)* dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de *3 (três)* anos.

14.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem

como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: financasirmaosfilgueiras@seduc.to.gov.br

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico financasirmaosfilgueiras@seduc.to.gov.br.


16.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

São Bento do Tocantins, 10 de março de 2026

Documento assinado digitalmente
 BETANIA MIRANDA DA SILVA LABRES
Data: 18/03/2026 08:54:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

DE APOIO DO COL. ESTADUAL

IRMÃOS FILGUEIRAS



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **Materiais de Limpeza, Materiais de Expediente e Materiais Pedagógicos**, destinados à manutenção das atividades administrativas e pedagógicas do Colégio Estadual Irmãos Filgueiras, no município de São Bento do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	Água sanitária - Água sanitária, solução líquida à base de hipoclorito de sódio, destinada à desinfecção de superfícies laváveis, higienização de ambientes e alvejamento de tecidos. Produto com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, acondicionado em embalagem plástica resistente de 1 litro, com tampa de segurança. Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigente.	1000 UND
02	Alfinete para mapas - Alfinete para fixação de mapas, murais e materiais em superfícies como cortiça e painéis. Fabricado com ponta metálica resistente e cabeça plástica colorida para melhor visualização e manuseio. Produto acondicionado em caixa com quantidade mínima de 50 unidades. Deverá apresentar boa resistência à oxidação e pontas firmes, garantindo segurança e durabilidade no uso contínuo.	50 CX
03	Álcool - Álcool etílico hidratado 70%, indicado para higienização e desinfecção de superfícies e ambientes. Produto líquido, acondicionado em embalagem plástica resistente de 1 litro, com tampa de segurança. Deverá estar devidamente registrado ou notificado na ANVISA, apresentar prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes.	50 LT
04	Amaciante - Amaciante de roupas, indicado para proporcionar maciez, perfume e facilitar o processo de passar roupas. Produto líquido, concentrado ou tradicional, acondicionado em embalagem plástica resistente de no mínimo 2 litros. Deverá apresentar fragrância agradável, boa diluição em água, prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes.	50 LT
05	Apagador para quadro branco - Apagador para quadro branco, destinado à remoção de tinta de marcadores para quadro branco. Corpo anatômico em plástico resistente, com base em feltro ou material similar de boa durabilidade e fácil substituição. Produto leve, de fácil manuseio, com bom acabamento e resistência ao uso contínuo.	100 UND
06	Aparelho celular - Aparelho celular tipo smartphone, destinado ao uso	



	administrativo e comunicação institucional. Equipado com sistema operacional atualizado, memória interna mínima de 64 GB, memória RAM mínima de 4 GB, tela mínima de 6 polegadas, câmera traseira e frontal, conectividade 4G ou superior, Wi-Fi e Bluetooth. Deverá ser fornecido com carregador, cabo USB e garantia mínima de 12 (doze) meses, atendendo às normas da ANATEL.	2 UND
07	Apoio ergonômico para descanso dos pés - Apoio ergonômico para descanso dos pés, destinado a proporcionar melhor postura e conforto durante atividades administrativas. Estrutura resistente em plástico ou material similar de alta durabilidade, com superfície antiderrapante e base estável. Preferencialmente com regulagem de altura ou inclinação. Produto de fácil higienização, com bom acabamento e adequado para uso contínuo em ambiente de trabalho.	5 UND
08	Arranjos artificiais para decoração - Arranjos artificiais para decoração de ambientes internos, confeccionados em material sintético de boa qualidade, com aparência semelhante a plantas ou flores naturais. Deverão possuir estrutura resistente, acabamento adequado e base ou vaso compatível para apoio em mesas, recepções ou murais. Produto durável, de fácil limpeza e apropriado para uso em ambiente escolar e administrativo	10 UND
09	Aromatizador de ambiente - Aromatizador de ambiente, indicado para perfumar e proporcionar sensação de frescor em espaços internos. Produto líquido ou aerossol, com fragrância suave e agradável, acondicionado em embalagem resistente com no mínimo 360 ml (aerossol) ou 100 ml (líquido). Deverá apresentar boa fixação do aroma, prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes.	500 UND
10	Avental plástico - Avental plástico impermeável, indicado para proteção do vestuário durante atividades de limpeza, cozinha ou manipulação de alimentos. Confeccionado em material resistente, flexível e de fácil higienização, com tiras para ajuste no pescoço e na cintura. Tamanho adulto, com boa cobertura frontal, acabamento adequado e durabilidade compatível com uso contínuo.	50 UND
11	Balde - Balde plástico, confeccionado em material resistente e de alta durabilidade, destinado ao uso em atividades de limpeza e conservação. Capacidade mínima de 10 litros, com alça reforçada para transporte e bordas resistentes. Produto de fácil higienização, com bom acabamento e adequado para uso contínuo em ambiente escolar e administrativo.	30 UND
12	Bambolê - Bambolê confeccionado em plástico resistente e flexível, indicado para atividades recreativas e práticas de educação física. Diâmetro aproximado de 60 a 70 cm, leve, com bom acabamento e cores variadas. Produto durável, seguro e adequado para uso em ambiente escolar.	50 UND
13	Bandeiras de sinalização para atividades esportivas - Bandeiras de sinalização destinadas à organização e orientação de atividades esportivas e recreativas. Confeccionadas em tecido resistente, com haste em material leve e durável (plástico ou similar), medindo aproximadamente 30 x 30 cm ou tamanho equivalente. Produto com cores vivas para fácil visualização, adequado para uso em ambiente escolar e atividades ao ar livre.	3 UND
14	Bandeira oficial do Brasil - Confeccionada em tecido resistente (nylon, poliéster ou similar), com estampa e cores conforme padrões estabelecidos pela legislação vigente. Tamanho aproximado de 1,28 m x	2 UND



	0,90 m (ou equivalente), com acabamento reforçado nas bordas e ilhós metálicos para fixação. Produto adequado para uso interno ou externo, com boa durabilidade e resistência às condições climáticas.	
15	Barra para treinamento funcional (tipo bastão de agilidade) - Barra para treinamento funcional, tipo bastão de agilidade, destinada à prática de atividades físicas e exercícios de coordenação motora. Confeccionada em material leve e resistente (PVC, fibra ou similar), com comprimento aproximado de 1 metro e diâmetro adequado para fácil manuseio. Produto com bom acabamento, resistente ao uso contínuo e apropriado para atividades esportivas em ambiente escolar.	4 UND
16	Bandeira oficial do Estado do Tocantins - confeccionada em tecido resistente (nylon, poliéster ou similar), com cores e elementos conforme modelo oficial estabelecido pela legislação estadual. Tamanho aproximado de 1,28 m x 0,90 m (ou equivalente), com acabamento reforçado nas bordas e ilhós metálicos para fixação. Produto adequado para uso interno ou externo, com boa durabilidade e resistência às condições climáticas.	2 UND
17	Bacia grande - Bacia plástica de grande porte, confeccionada em material resistente e de alta durabilidade, destinada ao uso em atividades de limpeza, cozinha ou serviços gerais. Capacidade mínima aproximada de 20 litros, com bordas reforçadas, superfície lisa para fácil higienização e bom acabamento. Produto adequado para uso contínuo em ambiente escolar e administrativo.	5 UND
18	Bolas de plástico (cores diversas) - Bolas confeccionadas em plástico resistente e atóxico, indicadas para atividades recreativas e pedagógicas. Tamanho médio (aproximadamente 20 a 25 cm de diâmetro), leves, flexíveis e seguras para uso infantil. Deverão ser fornecidas em cores variadas, com bom acabamento e resistência adequada ao uso contínuo em ambiente escolar.	50 UND
19	Bola de futsal - Bola oficial para futsal, confeccionada em material sintético resistente (PU ou similar), com costura reforçada ou tecnologia termo-selada. Tamanho e peso conforme padrão oficial (tamanho 4 para uso escolar), com câmara interna de borracha butílica ou equivalente, proporcionando boa retenção de ar e durabilidade. Produto adequado para uso em quadra esportiva, resistente ao desgaste e apropriado para atividades de educação física.	6 UND
20	Bola de vôlei - Bola oficial para voleibol, confeccionada em material sintético resistente (PU ou similar), com costura reforçada ou tecnologia termo-selada. Tamanho e peso conforme padrão oficial (tamanho 5 para uso escolar), com câmara interna de borracha butílica ou equivalente, garantindo boa retenção de ar e durabilidade. Produto adequado para uso em quadra poliesportiva, resistente ao desgaste e apropriado para atividades de educação física.	4 UND
21	Bolinha de isopor - Bolinha em poliestireno expandido (isopor), destinada a atividades pedagógicas, artesanais e decorativas. Produto leve, com formato uniforme, superfície lisa e bom acabamento. Tamanho/diâmetro conforme especificação da unidade solicitante (ex.: 30 mm, 50 mm ou similar). Deverá ser fornecida íntegra, sem deformações ou quebras, adequada para uso em ambiente escolar	100 UND



22	Bomba manual para enchimento de bolas esportivas, confeccionada em material resistente (plástico ou similar), com bico metálico compatível com válvulas padrão de bolas de futsal, vôlei e similares. Deverá possuir sistema de dupla ação (enche ao puxar e empurrar) ou sistema convencional eficiente, mangueira flexível e boa vedação. Produto durável, de fácil manuseio e adequado para uso em ambiente escolar.	6 UND
23	Borracha - Borracha tipo ponteira para encaixe na extremidade de lápis, confeccionada em material macio, atóxico e de boa qualidade, indicada para apagar escrita a lápis sem danificar o papel. Produto com encaixe firme, boa durabilidade e alto poder de remoção. Deverá ser fornecida em pacote com, no mínimo, 50 unidades.	50 PCT
24	Caderno brochura - Caderno tipo brochura, formato aproximado 200 mm x 275 mm, com no mínimo 96 folhas pautadas, papel branco de boa gramatura (mínimo 56 g/m ²), capa flexível resistente com impressão variada. Encadernação costurada ou grampeada, garantindo firmeza e durabilidade. Produto adequado para uso escolar.	200 UND
25	Caderno capa dura - Caderno com capa dura resistente, encadernação em arame (espiral metálico), formato aproximado 200 mm x 275 mm, contendo no mínimo 96 folhas pautadas, papel branco com gramatura mínima de 56 g/m ² . Capa com estampas e desenhos variados, apropriados ao público escolar. Produto com bom acabamento, folhas bem fixadas e resistente ao uso contínuo.	100 UND
26	Caixa arquivo organizadora - Caixa arquivo organizadora, tipo polionda ou plástico resistente, destinada ao armazenamento e organização de documentos em formato A4. Estrutura leve, resistente à umidade, com tampa acoplada ou sistema de encaixe firme. Dimensões aproximadas de 35 cm x 25 cm x 13 cm (ou compatível com papel A4). Produto reutilizável, de fácil montagem e adequado para uso em ambiente administrativo e escolar.	50 UND
27	Calculadora - Calculadora de mesa, modelo eletrônico, com no mínimo 12 dígitos, visor amplo e de fácil leitura. Funcionamento por bateria e/ou energia solar, com teclas resistentes e de fácil acionamento. Deverá possuir funções básicas (adição, subtração, multiplicação, divisão, porcentagem e memória). Design moderno, cores variadas e acabamento estético agradável ("modelo decorativo/visual atrativo"), adequado para uso administrativo e escolar. Garantia mínima de 12 (doze) meses.	15 UND
28	Câmeras de segurança - Câmeras de segurança para sistema de monitoramento interno e externo, com resolução mínima Full HD (1080p) ou superior (preferencialmente 2MP a 5MP), tecnologia IP ou HD, com visão noturna infravermelha de alcance mínimo de 20 metros, detecção de movimento inteligente e alta definição de imagem mesmo em baixa luminosidade. Deverão possuir grau de proteção mínimo IP66 (resistência a poeira e chuva), estrutura em material resistente, lente de boa qualidade com amplo ângulo de visão (mínimo 90°), compatibilidade com DVR/NVR e acesso remoto via aplicativo para smartphone e computador. O fornecimento deverá incluir fonte de alimentação, suportes, cabos necessários para instalação e garantia mínima de 12 (doze) meses. Produto novo, de primeira linha, adequado para uso contínuo em ambiente escolar.	10 UND



29	Caneta esferográfica - Caneta esferográfica com corpo em plástico resistente, ponta média de 1.0 mm, escrita macia e uniforme, com tinta de secagem rápida, nas cores azul, preta e vermelha. Deverá possuir tampa ventilada ou sistema retrátil, boa durabilidade e rendimento prolongado. Produto de boa qualidade, acondicionado em caixa com, no mínimo, 50 unidades, adequado para uso administrativo e escolar.	50 CX
30	Cartolina - Cartolina escolar, confeccionada em papel resistente, com boa gramatura (mínimo 150 g/m²), formato aproximado 50 cm x 66 cm. Disponível em cores variadas, com superfície lisa e uniforme, adequada para trabalhos pedagógicos, cartazes e atividades escolares. Produto de boa qualidade, sem rasgos, manchas ou deformações.	500 UND
31	Cesto de lixo grande - Cesto de lixo grande, confeccionado em plástico resistente e de alta durabilidade, com capacidade mínima aproximada de 50 litros. Deverá possuir estrutura reforçada, bordas resistentes e, preferencialmente, tampa com sistema basculante ou acionamento por pedal. Produto de fácil higienização, adequado para uso em ambiente escolar e administrativo.	10 UND
32	Clips nº 2/0, 3/0 e 10/0 - Clips metálicos para papel, confeccionados em arame de aço galvanizado ou niquelado, resistentes à oxidação, destinados à organização e fixação temporária de documentos. Tamanhos nº 2/0, 3/0 e 10/0, conforme necessidade da unidade. Produto com boa flexibilidade, sem rebarbas, acondicionado em caixa com, no mínimo, 100 unidades por embalagem. Adequado para uso administrativo e escolar.	25 CX
33	Cola de silicone para artesanato - Cola de silicone líquida, indicada para trabalhos artesanais e escolares, adequada para colagem de papel, EVA, tecido, isopor, madeira e materiais similares. Produto transparente após secagem, de boa aderência, secagem rápida e acabamento uniforme. Acondicionada em frasco plástico com bico aplicador, contendo no mínimo 50 g. Produto atóxico, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega	100 UND
34	Cola para isopor - Cola específica para isopor (poliestireno expandido), indicada para trabalhos escolares, artesanato e fixação de materiais leves. Produto com boa aderência, secagem rápida, acabamento transparente após a secagem e que não danifique ou derreta o isopor. Acondicionada em frasco plástico com bico aplicador, contendo aproximadamente 90 g a 100 g (gramatura média). Produto atóxico, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega.	250 UND
35	Copos descartáveis - Copos descartáveis confeccionados em plástico resistente (polipropileno ou similar), indicados para consumo de água, café ou bebidas frias. Capacidade mínima de 180 ml para água e 50 ml para café, conforme necessidade da unidade. Produto atóxico, com boa resistência, bordas reforçadas e acabamento adequado. Acondicionados em pacotes com, no mínimo, 100 unidades, atendendo às normas sanitárias vigentes.	200 PCT
36	Corda de nylon - Corda confeccionada em nylon trançado de alta resistência, indicada para uso em atividades diversas, esportivas ou de apoio. Diâmetro aproximado de 8 mm a 12 mm, com boa flexibilidade, resistência à tração e durabilidade. Produto resistente à umidade e ao desgaste, fornecido em rolo com metragem mínima de 50 metros (ou conforme necessidade da unidade). Adequado para uso em ambiente	10 M



	escolar.	
37	Corda para atividade física - Corda para atividade física, tipo corda de pular, confeccionada em material resistente e flexível (PVC, nylon ou similar), com comprimento mínimo de 2 metros. Deverá possuir pegadores anatômicos em plástico resistente, proporcionando conforto e segurança durante o uso. Produto leve, durável e adequado para atividades recreativas e aulas de educação física em ambiente escolar.	10 UND
38	Corretivo - Corretivo tipo caneta, com ponta metálica fina para aplicação precisa, indicado para correção de escrita em papel. Produto de secagem rápida, boa cobertura, não tóxico e de fácil manuseio. Corpo em plástico resistente, com sistema de válvula que controle o fluxo do líquido, evitando vazamentos. Conteúdo aproximado de 7 ml a 10 ml, com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega.	100 UND
39	Desinfetante - Desinfetante líquido concentrado, indicado para limpeza e desinfecção de pisos, banheiros e superfícies laváveis em geral, com ação bactericida comprovada. Produto com fragrância intensa, agradável e de longa duração, proporcionando perfumação marcante no ambiente. Acondicionado em embalagem plástica resistente com volume mínimo de 2 litros. Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses no ato da entrega e atender às normas sanitárias vigentes .	1000 UND
40	Coador de café grande - confeccionado em tecido de algodão com suporte e cabo em plástico ou metal resistente , reutilizável, de fácil higienização, resistente a altas temperaturas, adequado para preparo de grande volume de café, próprio para uso escolar, institucional ou doméstico.	15 UND
41	Cortador de verduras , - confeccionado em plástico resistente e lâminas em aço inoxidável , com sistema manual de corte, seguro e de fácil manuseio, adequado para fatiar, picar ou ralar legumes e verduras, desmontável para higienização, durável, resistente à corrosão e próprio para uso escolar, institucional ou doméstico.	4 UND
42	Detergente - Detergente líquido concentrado, para limpeza de utensílios, louças e superfícies, com alta capacidade de remoção de gordura. Produto biodegradável, livre de fosfatos, pH neutro, fragrância suave, cor amarela, em embalagem com tampa segura e validade mínima de 12 meses.	1000 UND
42	Divisória para pastas - Divisórias de papel ou plástico para organização de pastas, com resistência adequada ao manuseio diário , tamanho compatível com pastas padrão A4, cores variadas para identificação, superfície lisa para escrita ou rotulagem, e acabamento que garanta durabilidade.	100 UND
44	Embalagem plástica para hortifrúti - Embalagem plástica transparente, resistente e adequada para acondicionar hortifrúti, com fechamento seguro, dimensões compatíveis com frutas, verduras e legumes, fabricada com material não tóxico, reciclável e em conformidade com normas de segurança alimentar , pacote com 100 sacos.	250 UND
45	Envelope - Envelope de papel, resistente, tamanho compatível com documentos padrão (A4 ou A5), com fechamento autoadesivo ou aba para colagem, superfície lisa para escrita ou rotulagem, em papel de qualidade que garanta durabilidade e boa apresentação.	250 UND
46	Equipe de futsal (uniforme completo) - Uniforme completo para equipe de futsal, composto por camisa, calção e meião , confeccionado em material de alta qualidade, resistente e confortável , com acabamento	



	reforçado para prática esportiva, cores e design padronizados, incluindo nome da escola impresso ou bordado.	72 PC
47	Escada de agilidade para treinamento funcional - Escada de agilidade para treinamento funcional, confeccionada em material resistente e durável, com degraus ajustáveis e flexíveis, fácil de transportar, armazenar, adequada para exercícios de coordenação, velocidade e agilidade, própria para uso em ambientes internos e externos.	4 UND
48	Escorredor de pratos - Escorredor de pratos de grande capacidade, confeccionado em material resistente e durável (plástico de alta resistência, inox ou alumínio), adequado para acomodar pratos, copos, talheres e utensílios diversos de forma organizada. Estrutura estável com base antiderrapante, fácil de montar e limpar, com compartimentos separados para utensílios e suporte para copos, garantindo segurança, higiene e praticidade no uso diário em cozinhas de grande movimentação.	6 UND
49	Escova sanitária - Escova sanitária com cabo resistente e durável, cerdas firmes e duráveis, suporte ou base antiderrapante para armazenamento seguro, adequada para limpeza eficiente de vasos sanitários, fácil de manusear e higienizar.	20 UND
50	Esponja para lavar louça - Esponja de lavar louça de dois lados , composta por material macio para limpeza delicada e camada abrasiva para remoção de gordura e resíduos mais difíceis. Produto resistente e durável , adequado para uso diário em utensílios, panelas e superfícies laváveis, fácil de enxaguar e secar, garantindo praticidade e eficiência na higienização.	1000 UND
51	Estojo - Estojo de tamanho médio, confeccionado em material resistente e durável, com fechamento seguro (zíper ou botão), compartimentos internos organizados, acabamento atraente e design colorido, adequado para guardar lápis, canetas e outros materiais escolares.	50 UND
52	Estilete - Estilete com corpo resistente e ergonômico, lâmina afiada e retrátil, com sistema de trava de segurança, adequado para cortes precisos em papel, papelão e outros materiais leves, durável e de fácil manuseio.	100 UND
53	EVA (placa emborrachada) - Placa de EVA (etileno-acetato de vinila), emborrachada, flexível e resistente, disponível nas versões fosca, brilhante e estampada com desenhos , de fácil corte e manuseio. Adequada para trabalhos escolares, artesanato e atividades educativas, superfície lisa ou texturizada, cores variadas.	600 UND
54	Extensão elétrica - Extensão elétrica com cabo de alta qualidade e isolamento reforçada , comprimento adequado para uso em salas de aula, laboratórios ou ambientes gerais, com mínimo de 3 tomadas compatíveis com padrão brasileiro , plugue resistente e ergonômico, proteção contra sobrecarga e curto-circuito, interruptor liga/desliga (quando aplicável), fácil manuseio e armazenamento, garantindo segurança, durabilidade e eficiência elétrica . Produto certificado pelo INMETRO e em conformidade com normas de segurança elétrica.	10 UND
55	Etiqueta adesiva colorida - confeccionada em papel autoadesivo de boa qualidade, com adesão eficiente em superfícies lisas, disponível em cores variadas, formato retangular ou circular, própria para identificação, organização e sinalização de materiais e documentos, acondicionada em cartela ou rolo, adequada para uso escolar, administrativo ou institucional.	50 UND



56	Faca - Faca de cozinha com lâmina em aço inoxidável de alta resistência e durabilidade, cabo ergonômico antiderrapante, adequada para cortes precisos de alimentos diversos, fácil de manusear e higienizar, segura para uso doméstico ou institucional	8 UND
57	Fita adesiva - Fita adesiva transparente ou colorida, fabricada em material resistente, com bom poder de aderência, fácil de cortar e aplicar, adequada para fechamento de embalagens, uso escolar ou escritório, durável e de fácil manuseio.	200 UND
58	Fita de cetim - Fita de cetim, macia e resistente, com acabamento liso e brilho uniforme, disponível em cores variadas , adequada para trabalhos artesanais, decoração, embrulho de presentes e atividades educativas, fácil de cortar e manusear.	50 PCT
59	Fita dupla face - Fita dupla face, adesiva em ambos os lados, de alta resistência e durabilidade , adequada para colagem de papel, papelão, plástico, tecidos e outros materiais leves a médios, fácil de cortar e aplicar, garantindo fixação segura e prática.	100 UND
60	Flanela - Flanela em tecido macio e resistente, adequada para limpeza de superfícies, móveis, utensílios ou vidros, de fácil lavagem e secagem, garantindo eficiência na remoção de poeira, sujeira e manchas , sem riscar ou danificar os materiais.	150 UND
61	Folha de isopor - Folha de isopor rígido, leve e resistente, disponível em espessuras grossa e fina , de fácil corte e manuseio, adequada para trabalhos escolares, artesanato e atividades educativas, superfície lisa, cores variadas, atóxica e segura para uso infantil.	150 UND
62	Garrafa térmica para café - Garrafa térmica para café, com corpo em aço inoxidável ou material resistente, capacidade de 2 litros , dupla parede com isolamento térmico que mantém a temperatura por várias horas, tampa com vedação segura, fácil de manusear e limpar, durável e adequada para uso doméstico ou institucional.	4 UND
63	Frasco borrifador - confeccionado em plástico resistente e transparente ou leitoso , com capacidade mínima de 500 ml, equipado com válvula pulverizadora ajustável (jato ou spray), resistente a produtos de limpeza, fácil de manusear, reutilizável, durável e adequado para uso escolar, doméstico ou institucional.	20 UND
64	Grampeador profissional - Grampeador profissional, com corpo em metal ou plástico resistente, mecanismo durável e de alta performance para uso contínuo, capaz de grampear até 50 folhas ou conforme capacidade do modelo, base estável com apoio antiderrapante, compatível com grampos padrão, operação segura e ergonômica, adequado para uso em escritórios, escolas, instituições e trabalhos manuais de maior frequência.	2 UND
65	Grampeador simples - Grampeador simples, de corpo em plástico ou metal leve, compatível com grampos pequenos, fácil de manusear, seguro e adequado para uso ocasional em escritório, escola ou trabalhos manuais leves.	30 UND
66	Grampos para grampeador profissional - Grampos metálicos compatíveis com grampeadores profissionais, de alta resistência e durabilidade, adequados para grampear até 50 folhas (ou conforme modelo), com acabamento liso, fáceis de manusear e seguros para uso em escritórios, escolas e instituições.	10 CX
67	Grampos simples - Grampos metálicos simples, compatíveis com grampeadores de uso leve, de boa resistência e durabilidade, adequados para grampear pequenas quantidades de papel, fáceis de manusear e seguros para uso em escritório, escola ou trabalhos manuais.	40 CX



68	Impressora - Impressora colorida, de tecnologia a jato de tinta ou laser, com capacidade para impressão em cores e preto , resolução mínima de 600 x 600 dpi, compatível com papel A4 e outros formatos padrão, conexão via USB e/ou rede (Wi-Fi/Ethernet), velocidade adequada para uso escolar ou administrativo, fácil manuseio e manutenção, consumo eficiente de tinta/tóner, durável e segura para uso contínuo em escritórios, escolas e instituições.	6 UND
69	Isqueiro - Isqueiro portátil, recarregável ou descartável, com dispositivo de ignição seguro, fácil de manusear, resistente e confiável, adequado para uso doméstico, escolar ou recreativo, garantindo acendimento rápido e seguro de velas, fogões ou outros materiais inflamáveis.	50 UND
70	Jump (cama elástica individual) - Cama elástica individual (Jump), com estrutura resistente em aço ou material metálico durável, base estável com pés antiderrapantes, superfície de salto em material elástico de alta resistência, bordas acolchoadas para segurança, adequada para exercícios físicos, recreação e treinamento de equilíbrio, suportando peso máximo conforme fabricante.	3 UND
71	Jogo de cartas educativo (tipo UNO) - Jogo de cartas educativo, similar ao UNO, composto por cartas de papel-cartão resistente , com cores e símbolos variados, fácil de manusear , adequado para crianças e adolescentes, promovendo aprendizado de cores, números, estratégia e raciocínio lógico , durável e seguro para uso escolar e recreativo, conforme normas de segurança para brinquedos.	20 UND
72	Jogo de damas tradicional - Jogo de damas tradicional, composto por tabuleiro e peças resistentes (em madeira, plástico ou material similar), tabuleiro com marcações claras e peças de cores contrastantes, adequado para prática recreativa e educativa, fácil de manusear, durável e seguro para uso escolar e doméstico.	10 UND
73	Jogo de dominó (tipo osso) - Jogo de dominó tradicional, tipo “osso”, composto por 28 peças retangulares em material resistente (plástico ou resina similar ao osso) , com pontuação impressa ou gravada, fácil de manusear, adequado para atividades recreativas e educativas, durável e seguro para uso escolar, doméstico ou institucional.	20 UND
74	Jogos de quebra-cabeça - Jogo de quebra-cabeça, composto por peças resistentes e de encaixe preciso , confeccionadas em papel-cartão ou material similar, com figuras coloridas e atrativas, adequado para desenvolvimento de coordenação motora, raciocínio lógico e atenção , seguro e durável para uso infantil, escolar ou recreativo.	20 UND
75	Kit de ferramentas para jardinagem - Kit de ferramentas para jardinagem, composto por itens essenciais como pá, ancinho, tesoura de poda, enxadinha e garfo de mão , confeccionados em material resistente e durável (metal com cabo em madeira ou plástico reforçado), adequados para manejo de plantas, vasos e solos, ergonômicos, seguros e de fácil manuseio, próprio para uso doméstico, escolar ou recreativo em hortas e jardins.	10 UND
76	Kit de ping-pong - Kit de ping-pong, composto por 2 raquetes, 3 bolas e rede com suportes ajustáveis , fabricado em material resistente e durável , adequado para prática recreativa e esportiva, fácil de montar e manusear, seguro e apropriado para uso escolar, doméstico ou em atividades recreativas.	4 UND
77	Lã de aço - Lã de aço, fabricada em fios metálicos entrelaçados de alta resistência, adequada para limpeza, polimento e remoção de sujeira e ferrugem em superfícies metálicas, utensílios ou móveis, fácil de manusear e durável para uso doméstico, escolar ou institucional.	500 PCT



78	Lápis - Lápis grafite, corpo em madeira resistente, grafite de dureza média (HB), formato hexagonal ou redondo, adequado para escrita, desenho e atividades escolares, fácil de apontar e manusear, durável e seguro para uso infantil e escolar	50 CX
79	Laços para presentes - Laços decorativos para presentes, confeccionados em fita de cetim ou material similar, macios e resistentes, com acabamento atraente, disponíveis em cores variadas, fáceis de montar e aplicar, adequados para embrulho de presentes, artesanato e atividades educativas.	25 PCT
80	Limpa-alumínio - Produto líquido ou pasta limpa-alumínio, com alta capacidade de remoção de sujeira, oxidação e manchas, adequado para superfícies de alumínio e metais não sensíveis, fácil de aplicar e enxaguar, seguro quando utilizado conforme instruções, garantindo brilho e conservação do material.	800 UND
81	Lixeiro pequeno - Lixeiro pequeno, confeccionado em plástico resistente ou material metálico, com capacidade adequada para ambientes internos, tampa articulada ou basculante, base estável, fácil de limpar e transportar, adequado para uso doméstico, escolar ou institucional	35 UND
82	Livro ata - Livro ata, capa dura ou brochura resistente, com folhas pautadas em papel de boa qualidade, número de páginas adequado (ex.: 100 a 200), encadernação firme, destinado ao registro de atas de reuniões, deliberações e ocorrências, durável e próprio para uso institucional.	100 UND
83	Livro de ponto - Livro de ponto, capa dura ou brochura resistente, com folhas pautadas e colunas para registro de horários de entrada e saída, total de páginas adequado (ex.: 100 a 200), encadernação firme, destinado ao controle de frequência de funcionários, durável e próprio para uso institucional.	25 UND
84	Luvras de raspa com punho - Luvras de raspa de couro com punho, resistentes e duráveis, adequadas para proteção das mãos contra cortes, abrasão e calor moderado em atividades manuais, industriais ou de manutenção. Punho longo para proteção adicional do antebraço, costuras reforçadas, conforto e boa ergonomia, próprias para uso seguro em trabalhos pesados.	150 PCT
85	Marcador de texto - Marcador de texto, corpo em plástico resistente, tinta de secagem rápida e cores vibrantes, ponta chanfrada para marcação precisa em livros, documentos ou cadernos, durável, fácil de manusear e seguro para uso escolar, profissional ou institucional.	50 CX
86	Mesa de ping-pong - Mesa de ping-pong, com superfície plana e resistente em MDF ou material similar, dimensões padrão oficial (2,74 m x 1,525 m), bordas reforçadas, estrutura metálica durável com pés antiderrapantes e reguláveis, fácil de montar e transportar, acompanha rede e suportes, adequada para prática recreativa e esportiva em escolas, clubes e instituições.	1 UND
87	Microfone profissional - Microfone profissional, com cápsula de alta sensibilidade e fidelidade sonora, corpo resistente em metal, com padrão polar cardioide ou omnidirecional, adequado para gravação, apresentações e eventos ao vivo, compatível com sistemas de áudio e mesas de som padrão, com baixo ruído e durável para uso contínuo em ambientes profissionais.	2 UND
88	Mini cones - Mini cones de plástico resistente, leves e duráveis, com cores variadas, adequados para marcação de espaços em atividades esportivas, recreativas e educativas, fáceis de manusear, transportar e armazenar	20 UND



89	Mural - Mural de parede, confeccionado em painel de cortiça, MDF ou material similar , com superfície resistente para fixação de avisos, fotos e comunicados por meio de alfinetes ou imãs (quando magnético), estrutura durável e acabamento seguro, dimensões adequadas para salas de aula, escritórios ou instituições, fácil de instalar e manter.	12 UND
90	Novelo de lã - Novelo de lã, macio, resistente e de fácil manuseio, adequado para trabalhos manuais, artesanato e atividades educativas, disponível em cores variadas, seguro e durável para uso infantil e escolar.	10 UND
91	Organizador de mesa - Organizador de mesa, confeccionado em plástico, metal ou material resistente, com compartimentos diversos para armazenamento de papéis, canetas, lápis, clips e outros materiais de escritório ou escolares, de fácil acesso e manuseio, durável, estável e adequado para uso doméstico, escolar ou institucional.	8 UND
92	Palito de churrasco - Palito de churrasco, confeccionado em madeira resistente e lisa , sem farpas, adequado para espetar alimentos como carnes, frutas e legumes, seguro, descartável ou reutilizável conforme material, próprio para uso doméstico, escolar ou recreativo.	15 PCT
93	Panela grande para tapioca - Panela grande para preparo de tapioca, confeccionada em alumínio batido de alta resistência , com fundo liso e superfície adequada para cozimento uniforme, bordas arredondadas e acabamento polido, resistente a altas temperaturas, fácil de manusear e limpar, adequada para uso doméstico, escolar ou institucional.	02 UND
94	Pano de chão - Pano de chão em tecido resistente e absorvente (algodão, poliéster ou misto), de tamanho adequado para limpeza de pisos e superfícies, fácil de lavar e secar, durável e próprio para uso doméstico, escolar ou institucional.	150 UND
95	Papel couchê - Papel couchê, superfície lisa, revestida e de acabamento brilhante ou fosco, indicado para impressões de alta qualidade, com boa fixação de tinta, gramatura conforme necessidade (ex.: 115g/m ² a 250g/m ²), próprio para uso gráfico, escolar ou institucional.	100 UND
96	Papel fotográfico - Papel fotográfico, superfície lisa e brilhante ou fosca, de alta qualidade, com boa absorção e fixação de tinta, gramatura adequada (ex.: 180g/m ² a 240g/m ²), compatível com impressoras jato de tinta ou laser, resistente a borrões e desbotamento, adequado para impressão de fotos, trabalhos escolares e materiais gráficos institucionais.	80 PCT
97	Papel higiênico - Papel higiênico, em rolo, 2 ou 3 camadas, macio, resistente e absorvente, produzido com material não tóxico e seguro para uso humano , adequado para uso doméstico, escolar ou institucional, fácil de manusear e descartar.	500 PCT
98	Papel toalha - Papel toalha, em folhas ou rolo, produzido em material resistente, absorvente e seguro para uso humano , adequado para secagem de mãos, limpeza de superfícies e uso doméstico, escolar ou institucional, fácil de manusear e descartar.	200 PCT
99	Papel vergê - Papel vergê, de superfície texturizada e alta qualidade , adequado para impressão de documentos oficiais, certificados, convites e trabalhos escolares, com boa absorção de tinta, durável e resistente, disponível em cores variadas e gramaturas compatíveis com impressão padrão (ex.: 75g/m ² a 120g/m ²), próprio para uso institucional, educacional ou comercial.	50 PCT
100	Parafuso tipo macho-fêmea - Parafuso plástico tipo macho-fêmea, confeccionado em polipropileno resistente , adequado para fixação de folhas de papel em pastas, arquivos e fichários, durável, leve, fácil de	



	manusear e seguro para uso escolar, administrativo ou institucional. Disponível em diferentes comprimentos e diâmetros conforme necessidade.	250 UND
101	Pasta catálogo colorida - Pasta catálogo colorida, confeccionada em plástico resistente ou polipropileno , com capa colorida, transparente ou opaca, fecho seguro (elástico, botão ou zíper) e compartimentos internos adequados para inserção de folhas, documentos ou amostras, durável, leve e fácil de manusear, própria para uso escolar, administrativo ou institucional.	100 UND
102	Pasta com elástico - Pasta com elástico, confeccionada em plástico resistente ou papel cartão reforçado , com fecho em elástico para segurança do conteúdo, capa rígida ou flexível, adequada para armazenamento e transporte de documentos, folhas e trabalhos escolares, durável, leve e fácil de manusear, própria para uso escolar, administrativo ou institucional.	250 UND
103	Pasta com grampo trilho - Pasta com grampo trilho, confeccionada em papel cartão ou plástico resistente , equipada com grampo metálico tipo trilho para fixação segura de folhas de papel, capa rígida ou flexível, durável e resistente, adequada para organização, arquivamento e transporte de documentos escolares, administrativos ou institucionais, fácil de manusear e armazenar.	100 UND
104	Pasta sanfonada - Pasta sanfonada, confeccionada em plástico resistente ou papel cartão reforçado , com divisórias internas e expansível para organização de documentos, folhas e trabalhos escolares ou administrativos, fecho seguro (elástico, botão ou aba), durável, leve e fácil de manusear, adequada para uso escolar, profissional ou institucional.	50 UND
105	Pastas suspensas - Pastas suspensas, confeccionadas em papel cartão ou plástico resistente , com abas reforçadas e ganchos metálicos para fixação em arquivos ou gavetas suspensas, adequadas para organização e arquivamento de documentos, folhas ou trabalhos escolares, duráveis, leves e fáceis de manusear, próprias para uso administrativo, escolar ou institucional.	350 UND
106	Pen drive - Pen drive de alta performance, com memória mínima de 16GB (ou conforme necessidade) , conexão USB 2.0 ou 3.0 compatível com computadores e notebooks, corpo resistente e compacto, proteção contra choque e desgaste, rápido na leitura e gravação de dados, durável e seguro para uso escolar, profissional ou institucional.	5 UND
107	Perfurador de papel - Perfurador de papel, confeccionado em metal e plástico resistente , com capacidade para perfurar várias folhas simultaneamente (ex.: até 10 folhas), furação precisa e uniforme, base estável com compartimento coletor de aparas, fácil de manusear, seguro e adequado para uso escolar, administrativo ou institucional.	2 UND
108	Pilão para temperos - Pilão para temperos, confeccionado em cerâmica, madeira ou pedra resistente , disponível em tamanho médio ou grande , adequado para trituração e maceração de temperos, ervas e especiarias, durável, estável e fácil de manusear, próprio para uso doméstico, escolar ou institucional em atividades culinárias.	4 UND
109	Pistola para cola quente - modelo grosso , compatível com bastões de cola quente de aproximadamente 11 mm a 12 mm de diâmetro (padrão grosso). Fabricada em plástico resistente de alta durabilidade, com componentes metálicos internos seguros, sistema de aquecimento rápido e eficiente, bico aplicador metálico de precisão, suporte de apoio retrátil, cabo ergonômico e gatilho anatômico com acionamento suave. Potência	25 UND



	mínima de 40W, tensão 110V ou bivolt, adequada para uso escolar, institucional e em trabalhos manuais.	
110	Pilha alcalina - não recarregável, de alta durabilidade e desempenho estável, própria para equipamentos eletrônicos diversos, com validade mínima de 2 anos a partir da data de entrega, livre de vazamentos, acondicionada em embalagem original do fabricante. Disponível nos tamanhos: AA, AAA, C ou D (conforme necessidade da unidade solicitante).	50 PCT
111	Potes herméticos de vidro (500 ml) - Potes herméticos de vidro com capacidade de 500 ml , confeccionados em vidro resistente a impactos e altas temperaturas, tampa plástica ou metálica com vedação em silicone, garantindo fechamento seguro e preservação do conteúdo, adequados para armazenamento de alimentos, temperos ou líquidos, duráveis, fáceis de limpar e próprios para uso doméstico, escolar ou institucional.	30 UND
112	Potes para tempero - Potes para armazenamento de alimentos, confeccionados em plástico resistente ou vidro , com tampas herméticas que garantem vedação segura, disponíveis em diferentes capacidades, adequados para açúcar, café, arroz, temperos e outros mantimentos , duráveis, fáceis de limpar, empilhar e manusear, próprios para uso doméstico, escolar ou institucional.	20 UND
113	Bloco de notas autoadesivas (tipo Post-it) - confeccionado em papel de boa qualidade, com adesivo reposicionável na parte posterior, que permita fixação temporária sem danificar superfícies, medindo aproximadamente 76 mm x 76 mm ou similar, em cores variadas, com no mínimo 100 folhas por bloco, adequado para uso escolar, administrativo ou institucional.	200 PCT
114	Prancheta - Prancheta, confeccionada em plástico rígido, MDF ou acrílico resistente , com superfície lisa e firme para escrita ou desenho, equipada com clip metálico ou plástico para fixação de folhas, leve, durável e fácil de manusear, adequada para uso escolar, administrativo, profissional ou institucional.	8 UND
115	Prendedor de papel - Prendedor de papel, confeccionado em metal resistente ou plástico durável , com molas de alta resistência, adequado para organizar, prender e agrupar folhas de papel, documentos e trabalhos escolares ou administrativos, fácil de manusear, seguro e durável para uso escolar, profissional ou institucional.	200 UND
116	Processador de alimentos - Processador de alimentos, com corpo em plástico resistente e base antiderrapante , motor potente (ex.: 500W ou conforme necessidade), lâminas de aço inoxidável, múltiplas funções como triturar, picar, fatiar e misturar, capacidade adequada de jarra ou recipiente (ex.: 1,5 L), fácil de montar, limpar e manusear, seguro e durável, próprio para uso doméstico, escolar ou institucional em preparo de alimentos.	2 UND
117	Raquete de ping-pong - Raquete de ping-pong, com cabo ergonômico em madeira ou material resistente, superfície em borracha antiderrapante para melhor aderência e controle da bola, adequada para prática recreativa ou esportiva, durável, leve e fácil de manusear, própria para uso escolar, doméstico ou institucional.	4 UND
118	Rastelo - Rastelo, confeccionado em metal resistente ou plástico durável , com cabo em madeira ou material ergonômico, dentes firmes para captação e nivelamento de folhas, terra ou detritos, adequado para jardinagem, limpeza de áreas externas e manutenção de hortas ou gramados, durável, leve e fácil de manusear.	12 UND



119	Ralador - confeccionado em aço inoxidável resistente , com lâminas afiadas e duráveis, contendo diferentes tipos de corte (fino, médio e grosso), com alça anatômica para melhor manuseio, fácil de higienizar, resistente à corrosão, próprio para ralar legumes, verduras, queijos e outros alimentos, adequado para uso escolar, institucional ou doméstico.	5 UND
120	Rede de vôlei - Rede de vôlei, confeccionada em nylon ou poliéster resistente , com malha reforçada e cordas laterais para sustentação, comprimento e altura conforme padrão oficial (aproximadamente 9 m x 1 m), com acabamento reforçado nas bordas e suporte para postes, durável, leve e adequada para uso recreativo, escolar ou esportivo.	1 UND
121	Regador - Regador, confeccionado em plástico resistente, metal ou alumínio , com bico direcionável para distribuição uniforme de água, capacidade adequada para jardinagem e irrigação de plantas, leve, durável e fácil de manusear, adequado para uso doméstico, escolar ou institucional.	5 UND
122	Refil de tinta para pincel de quadro branco - Refil de tinta para pincel de quadro branco, líquido à base de álcool ou água , cores variadas, de secagem rápida, não tóxico, compatível com pincéis de quadro branco padrão, fácil de aplicar, durável e adequado para uso escolar, profissional ou institucional em atividades de escrita e desenho em quadros brancos	100 CX
123	Removedor de manchas - Removedor de manchas multiuso, líquido concentrado, com ação desengordurante e de limpeza profunda , seguro para uso em diversas superfícies como azulejos, pisos, bancadas, metais e plásticos, fácil de aplicar, eficiente na remoção de sujeira, gordura e manchas comuns do dia a dia, não tóxico, durável e adequado para uso doméstico, escolar ou institucional	800 UND
124	Rodo 60 cm - Rodo com largura de 60 cm , cabo em madeira ou plástico resistente, lâmina em borracha flexível de alta durabilidade, adequado para remoção eficiente de água e líquidos de pisos, leve, ergonômico e fácil de manusear, próprio para uso doméstico, escolar ou institucional.	25 UND
125	Sabão em pó - concentrado, com alto poder de limpeza e remoção de manchas, indicado para lavagem manual e em máquina, solúvel em água, adequado para tecidos claros e coloridos, com fragrância agradável e bom rendimento, destinado ao uso doméstico, escolar ou institucional. Embalagem resistente e lacrada, contendo no mínimo 800 g ou 1 kg. Unidade de fornecimento: Unidade (UN) ou Quilograma (KG), conforme embalagem.	400 UND
126	Sabão líquido - concentrado, eficiente na remoção de sujeiras e manchas, indicado para limpeza de pisos, azulejos e demais superfícies laváveis, solúvel em água, com fragrância agradável e bom rendimento, próprio para uso doméstico, escolar ou institucional. Embalagem resistente e lacrada, com capacidade de 2 (dois) litros ou 5 (cinco) litros. Unidade de fornecimento: Unidade (UN).	100 UND
127	Sabonete líquido - Sabonete líquido, suave, não irritante, com boa capacidade de higienização das mãos, fragrância agradável, fácil de enxaguar, seguro para uso diário em escolas, instituições ou residências, com embalagem prática e resistente. com capacidade de 2 (dois) litros ou 5 (cinco) litros. Unidade de fornecimento: Unidade (UN).	100 UND
128	Saco de lixo (3 L, 50 L e 100 L) - Sacos de lixo em plástico resistente , disponíveis em capacidades de 3 L, 50 L e 100 L , com espessura adequada para contenção de resíduos leves e pesados, resistentes a rasgos e perfurações, fáceis de manusear e descartar, próprios para uso doméstico, escolar ou institucional.	500 PCT



129	Saco plástico para amostras - Saco plástico para amostras, medindo aproximadamente 8 x 12 cm, confeccionado em material plástico resistente e transparente, com fecho hermético tipo zip lock, garantindo vedação segura do conteúdo. Produto durável, de fácil manuseio, indicado para armazenamento de pequenas amostras, documentos ou objetos, destinado ao uso escolar, laboratorial ou institucional. Acondicionamento: Pacote com 100 (cem) unidades. Unidade de fornecimento: Pacote (PCT)	100 PCT
130	Sacos para presente - Sacos para presente, confeccionados em papel resistente, plástico ou material similar , com acabamento decorativo, disponíveis em cores e estampas variadas, alças ou fitas para transporte, leves, duráveis e adequados para embrulho de presentes, artesanato ou atividades escolares e institucionais.	25 PCT
131	Sementes de alface - Sementes de alface (<i>Lactuca sativa</i>), de alta germinação e qualidade, livres de pragas e doenças, próprias para plantio em horta escolar, doméstica ou institucional, garantindo crescimento saudável das plantas, adequada para cultivo em solo, vasos ou canteiros, com acondicionamento seguro e identificação clara da variedade.	10 PCT
132	Sementes de pepino - Sementes de pepino (<i>Cucumis sativus</i>), de alta germinação e qualidade, livres de pragas e doenças, próprias para plantio em horta escolar, doméstica ou institucional, garantindo crescimento saudável das plantas, adequadas para cultivo em solo, vasos ou canteiros, com acondicionamento seguro e identificação clara da variedade.	10 PCT
133	Sementes de tomate - Sementes de tomate (<i>Solanum lycopersicum</i>), de alta germinação e qualidade, livres de pragas e doenças, próprias para plantio em horta escolar, doméstica ou institucional, garantindo crescimento saudável das plantas, adequadas para cultivo em solo, vasos ou canteiros, com acondicionamento seguro e identificação clara da variedade.	10 PCT
134	Sementes diversas para horta escolar - Sementes diversas para horta escolar, incluindo hortaliças, legumes e ervas de fácil cultivo, de alta germinação e qualidade, livres de pragas e doenças, próprias para plantio em solo, vasos ou canteiros, garantindo crescimento saudável das plantas, acondicionadas de forma segura e identificadas quanto à espécie e variedade, adequadas para uso escolar, doméstico ou institucional.	10 PCT
135	Talheres - Conjunto de talheres, incluindo garfos, facas e colheres , confeccionados em inox, aço inoxidável ou material metálico resistente , com cabo ergonômico e acabamento liso, duráveis, resistentes à corrosão e adequados para uso doméstico, escolar, institucional ou coletivo, seguros e fáceis de limpar.	12 CX
136	Tapetes - Tapetes de pano, confeccionados em tecido resistente e durável , com acabamento reforçado, cores e estampas variadas, macios, leves, fáceis de limpar e adequados para uso doméstico, escolar ou institucional, proporcionando conforto e decoração aos ambientes.	50 UND
137	Tecidos para mesa - Tecidos grandes para mesa, confeccionados em algodão, poliéster ou mistura resistente , com acabamento lavável e fácil de passar, disponíveis em cores e estampas variadas, duráveis, leves e adequados para uso doméstico, escolar ou institucional, próprios para proteção e decoração de mesas em refeições, eventos ou atividades educativas.	20 UND
138	Tela sombrite - Tela sombrite, confeccionada em polietileno de alta densidade ou material similar , com trama resistente e durável,	



	disponível em diferentes níveis de sombreamento (ex.: 30%, 50%, 70%), adequada para proteção de plantas, hortas, jardins e áreas externas contra excesso de sol, vento ou poeira, leve, fácil de instalar e reutilizável em ambientes escolares, domésticos ou institucionais	5 MT
139	Tesoura - Tesoura, confeccionada em aço inoxidável ou metal resistente com cabo em plástico ou borracha ergonômica, lâminas afiadas e duráveis, adequada para cortar papel, tecido ou materiais escolares, segura, leve e fácil de manusear, própria para uso escolar, doméstico ou institucional.	100 UND
140	Tinta guache - Tinta guache, à base de água e pigmentos atóxicos , de secagem rápida, cores vivas e homogêneas, fácil de diluir e aplicar, adequada para pintura em papel, cartolina ou outras superfícies escolares, segura para uso infantil, durável e própria para uso escolar, artístico ou institucional.	120 CX
141	Tinta para impressora (modelos 544 e 664) -Tinta para impressora, compatível com cartuchos modelos 544 e 664 , de alta qualidade e rendimento, formulada para garantir impressões nítidas, cores vivas e secagem rápida , livre de resíduos que possam danificar a impressora, durável e adequada para uso escolar, administrativo ou institucional. <ul style="list-style-type: none">• Modelo 544: – Preto, Ciano, Magenta e Amarelo.• Modelo 664: – Preto, Ciano, Magenta e Amarelo.	100 UND
142	Toucas descartáveis - Toucas descartáveis, confeccionadas em polipropileno, TNT ou material similar não tecido , leves, resistentes e higiênicas, com elástico para ajuste seguro à cabeça, adequadas para uso em ambientes escolares, laboratoriais, alimentícios ou institucionais, de uso único, proporcionando proteção contra sujeira, poeira e contaminação.	10 PCT
143	Vasilhas com tampas - Vasilhas de plástico com tampas, em tamanhos médio e grande , resistentes e duráveis, com fechamento seguro e vedação adequada, fáceis de manusear e limpar, próprias para armazenamento de alimentos, líquidos, temperos ou outros materiais, adequadas para uso doméstico, escolar ou institucional.	20 UND
144	Vasos de cerâmica - Vasos de cerâmica, de alta resistência e durabilidade, com acabamento liso ou texturizado, disponíveis em diferentes tamanhos e formatos, próprios para plantio de flores, plantas ornamentais ou hortaliças, estáveis e seguros, adequados para uso doméstico, escolar ou institucional em ambientes internos ou externos.	10 UND
145	Vassoura - Vassoura, confeccionada com cabo em madeira ou plástico resistente e cerdas de fibra sintética ou palha natural , adequada para varrição de pisos internos ou externos, durável, leve e fácil de manusear, própria para uso doméstico, escolar ou institucional.	25 UND

1.2.1. Os produtos propostos deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial, em especial ANVISA ou equiparadas, cuja apresentação em desconformidade ensejará em desclassificação e/ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.

1.2.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com as especificações solicitadas, consoante disposto no art. 140 da Lei nº 14.133 de 2021.



1.3 O prazo de vigência da contratação é a partir da data de sua assinatura e encerramento em **31/12/2026**, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do prazo de garantia.

1.4. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.01. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 239.63,54 (duzentos e trinta e nove mil, sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

1.1. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

1.1.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

1.1.2 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

1.1.3 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

1.1.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

2. JUSTIFICATIVA

2.1. As Associações de Apoio às escolas, respaldadas pela Lei 6.015/1973, desempenham um papel crucial na gestão educacional, promovendo a participação coletiva e democrática na administração escolar. Com o intuito de aprimorar o processo educacional e garantir a eficácia na execução dos recursos públicos, torna-se imperativo destacar a necessidade de adquirir materiais de limpeza e expediente.

2.2 A aquisição desses materiais é essencial para assegurar a continuidade das atividades da Associação de Apoio Escolar, uma vez que são fundamentais para a manutenção da higiene e organização dos ambientes. Destaca-se que essa aquisição visa atender diretamente as demandas dos setores da Associação, garantindo um ambiente propício para o atendimento adequado aos alunos da rede estadual de ensino, com foco na qualidade e eficiência dos serviços oferecidos.

2.3 É importante ressaltar que a rede estadual de ensino abrange alunos de todos os níveis da educação básica, incluindo a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e entidades comunitárias conveniadas. No contexto da gestão descentralizada adotada pelo Estado do Tocantins, as associações têm a responsabilidade de realizar as compras necessárias para a manutenção das escolas, o que torna a aquisição de materiais de limpeza e expediente ainda mais relevante.

2.4 A limpeza e higienização dos ambientes são essenciais para preservar a saúde dos usuários, especialmente em locais de grande circulação, onde a falta de higiene pode favorecer a transmissão de doenças. Portanto, a aquisição dos materiais de limpeza, higienização e utensílios é imprescindível para garantir a adequada limpeza, higiene e desinfecção das dependências da Associação de Apoio Escolar, promovendo um ambiente seguro e saudável para todos.

2.5 Além disso, é necessário adquirir materiais de limpeza e expediente para fornecer suporte às atividades



administrativas da Associação de Apoio do Colégio Estadual Irmãos Filgueiras, considerando suas características e demandas específicas.

2.6 Diante disso, é essencial realizar o registro de preços para a aquisição dos materiais de limpeza e expediente, garantindo uma entrega parcelada conforme a demanda, para atender de forma eficaz às necessidades da Associação de Apoio do Colégio Estadual Irmãos Filgueiras.

2.7. Registra-se ainda que a presente aquisição se dará na modalidade de Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preço e será feita com base no art. 3º, inciso II, do Decreto Estadual nº 6.081, de 07 de abril de 2020, que dispõe:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado quando:

II – for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

2.8. Assim, se torna imprescindível a aquisição de material de Higiene, Limpeza, Copa/Cozinha e descartável para manutenção da Unidade Escolar Colégio Estadual Irmãos Filgueiras – São Bento do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste estudo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução que melhor atende às necessidades descritas no item 2, bem como a que traz maiores ganhos do ponto de vista da economicidade e do interesse público, é aquisição de material de Higiene, Limpeza, Copa/Cozinha e descartável para manutenção da Unidade Escolar Colégio Estadual Irmãos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3.2. Com isso o processo licitatório obedecerá o Sistema de Registro de Preço por intermédio do Pregão eletrônico, sistema que se faz mais vantajoso à Associação de Apoio do Colégio Estadual Irmãos, em virtude de não vincular a administração total, podendo viabilizar as contratações conforme as necessidades.

3.3. Após realizada a licitação (SRP), as contratadas deverão efetivar o fornecimento dos materiais conforme o prazo de entrega a ser definido neste Termo de Referência, e emissão de nota de empenho, seguindo criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem de itens adquiridos.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS E DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. O objeto do presente Termo de Referência se enquadra como bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, em razão dos padrões de desempenho e qualidade dos produtos a serem definidos de forma clara e objetiva, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

4.2. Sugere-se a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, por enquadrar-se nas hipóteses do disposto na Lei nº 14.133/2021, haja vista que, a aquisição será dos produtos necessários, nas quantidades necessárias e no momento necessário, para atender a real demanda desta necessidade, proporcionando ganho em economia, agilidade e segurança, em atendimento ao princípio da eficiência.

4.3. O critério de escolha para a realização do certame licitatório por Sistema de Registro de Preços foi adotado objetivando planejamento e a intenção de se adquirir o produto, de forma parcelada, quando houver necessidade, por se tratar de material de consumo que não se pode precisar, com exatidão, o quantitativo a ser consumido, gerando economicidade, eficiência, celeridade nos procedimentos e o atendimento irrestrito aos interesses coletivos e aos princípios norteadores da atividade administrativa.



5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1 O prazo de entrega dos bens será conforme cronograma de entrega fornecido ao licitante vencedor de cada item, contados da assinatura do contrato e deverá ocorrer de forma parcelada, na quantidade, periodicidade (semanal/quinzenal ou mensal) e horário apresentado pela CONTRATANTE, no seguinte endereço: Praça Osvaldo Franco, Centro, São Bento do Tocantins.

5.2. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. A carga e a descarga serão por conta da Contratada, sem ônus de frete para contratante.

5.9. Não serão recebidos os materiais que não estejam de acordo com as especificações deste Termo.

5.10. Os produtos entregues deverão ser rigorosamente aqueles descritos na nota de empenho, sendo que na hipótese de entrega de produto diverso, o pagamento ficará em sua totalidade suspenso até a respectiva regularização.

5.11. A CONTRATADA deverá apresentar a **nota fiscal** com os produtos discriminados, após a solicitação de fornecimento.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os produtos;



6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.2. A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;

7.3. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá:

7.3.1. Atender prontamente às solicitações da Associação de Apoio do Colégio Estadual Irmãos Filgueiras, no fornecimento dos materiais nas quantidades e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA;

7.3.2. Entregar os materiais acondicionados adequadamente, em invólucro lacrado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal, discriminado o quantitativo do produto, de acordo com as especificações técnicas;

7.3.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada pelas Certidões de Regularidades Fiscais;

7.3.4. Substituir quaisquer produtos que não estejam dentro do padrão de qualidade, em bom estado de conservação, que apresente defeito ou não esteja em conformidade com as especificações da proposta apresentada;

7.3.5. Manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

7.3.6. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE;

7.3.7. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer inconformidade apresentada;

7.3.8. Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referente à embalagem e transporte para a entrega dos bens aos técnicos da unidade escolar.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas



as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar a NOTA Fiscal e fatura correspondentes aos materiais para a Associação de Apoio do Colégio Estadual Irmãos Filgueiras.

11.2. Os produtos deverão ser, rigorosamente, aqueles descritos na (s) Nota Fiscal, sendo que, na hipótese de prestação diversa, o pagamento ficará, em sua totalidade, suspenso até a respectiva regularização.

11.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e vinculado à conta corrente.

11.4. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

11.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.9. Antes de cada pagamento à contratada será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



11.10. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

11.14.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)$

TX = Índice apurado = 6%

365

12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A empresa contratada será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a empresa contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

13.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a empresa contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do subitem 9.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a empresa contratada:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 9.1.1, 9.1.2 ou 9.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.



13.1.5. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a empresa contratada a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

13.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a empresa contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

13.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste Termo;

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

13.1.8. A não apresentação da documentação prevista nos itens deste Termo de Referência ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a empresa contratada à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 9.1.4.

13.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes dos itens desde edital e sem prejuízo das demais sanções;

13.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto dos itens desde edital, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

13.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I dos itens, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

13.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

13.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da empresa contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.



13.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

13.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto nos itens deste Termo de Referência;

13.1.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, ou será cobrada judicialmente.

13.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas dos recursos do Tesouro Estadual, transferidos pela Secretaria de Educação a essa associação em conta específica, para o exercício de 2026.


16. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. Deverão ser observados em todas as contratações de bens e serviços, critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Os produtos fornecidos deverão observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação pertinente e suas eventuais alterações.

16.3. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes, com os respectivos registros e comprovações oficiais, além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos, se for o caso.

Município de São Bento do Tocantins, 27 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 BETÂNIA MIRANDA DA SILVA LABRES
Data: 18/03/2026 10:01:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Betânia Miranda da Silva Labres
Presidente da Associação



CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº XXX/ XXX, CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL IRMÃOS FILGUEIRAS E A EMPRESA XXXXXXXX.

PREÂMBULO:

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL IRMÃOS FILGUEIRAS , pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de São Bento do Tocantins /TO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.068.348/0001-83, neste ato representado (a) pelo (a) Betânia Miranda da Silva Labres eleito para o cargo de presidente conforme ata de reunião nº01/2025 realizada no dia 15 de fevereiro de 2025, portador do CPF nº507.976.543-72, doravante denominada CONTRATANTE, e o (a) xxxxxxxxxx (empresa) inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº xxxxxx, sediado (a) na xxx, em xxx doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) xxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxx expedida pela(o) xxx, e CPF nº xxx, tendo em vista o que consta no Processo nº xxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº xxx/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato por valor estimado para a aquisição de aquisição de material de Higiene, Limpeza, Copa/Cozinha, descartável e pedagógico para manutenção do Colégio Estadual Irmãos Filgueiras , conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1				
2				
3				
...				



1.4. Os produtos propostos deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial, em especial ANVISA ou equiparadas, cuja apresentação em desconformidade ensejará em desclassificação e/ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.

1.5. Os produtos propostos deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial, em especial ANVISA ou equiparadas, cuja apresentação em desconformidade ensejará em desclassificação e/ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.

1.6. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de sua assinatura e encerramento em 31/12/2026, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do prazo de garantia.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor estimado do presente Termo de Contrato é de **R\$ xxx (escrita do valor por extenso).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Por se tratar de contrato de valor estimado, fica a contratada ciente de que só receberá pela quantidade efetivamente executada, não podendo exigir o recebimento, pela contratante, da totalidade estimada na contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas dos recursos do Tesouro Estadual, transferidos pela Secretaria de Educação a essa associação em conta específica, para o exercício de 2026.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.2. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 O prazo de entrega dos bens é de 5 dias, contados da assinatura do contrato e deverá ocorrer de forma parcelada, na quantidade de 5 parcelas, com periodicidade (*semanal/quinzenal ou mensal*) no seguinte endereço Praça Osvaldo Franco, centro, São Bento do Tocantins.

8.2 O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

8.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2(dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.8 A carga e a descarga serão por conta da Contratada, sem ônus de frete para contratante.

8.9 Não serão recebidos os materiais que não estejam de acordo com as especificações deste Termo.

8.10 Os produtos entregues deverão ser rigorosamente aqueles descritos na nota de empenho, sendo que na hipótese de entrega de produto diverso, o pagamento ficará em sua totalidade suspenso até a respectiva regularização.



8.11 A CONTRATADA deverá apresentar a **nota fiscal** com os produtos discriminados, após a solicitação de fornecimento.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 São obrigações da Contratante:

- 10.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.6 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os produtos;

10.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa:

1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
2. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133 de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nos termos no art. 90, da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais e nas normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como, o extrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins como condição de sua eficácia.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Comarca de São Bento do Tocantins para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Bento do Tocantins, 18 de março de 2026.

Presidente da Associação / Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



Processo Administrativo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**

Ata de Registro de Preços nº 01/2026

O(A) ASSOCIAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL IRMÃOS FILGUEIRAS, com sede no(a) *Praça Osvaldo Franco, s/n, Centro*, na cidade de *São Bento do Tocantins- TO*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *01.068.348/0001-83*, neste ato representado(a) pelo(a) Presidente da Associação, Senhora Betânia Miranda da Silva Labres, portador da Matrícula Funcional nº, **considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS**, processo administrativo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de materiais de expediente diversos**, especificado(s) no(s) item(ns) **XX** do Termo de Referência, anexo **XX** do **edital de licitação** nº **xxxx/xxxx**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, o fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>					
X	Especificação	Marca/ Modelo	quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado do Tocantins, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 4.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 4.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de recurso, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 4.1.3. Na formalização do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos recursos respectivos.
- 4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
 - 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
 - 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
 - 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de

preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 7.4.1. Por razão de interesse público;
- 7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

- 8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

- 8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)